

Título	Cenários e desafios para o setor elétrico
Veículo	Revista Canal BioEnergia
Data	06 fevereiro 2014
Autor	Claudio J. D. Sales

Análise

Cenários e desafios para o setor elétrico

CLAUDIO J. D. SALES
é Presidente do Instituto
Acende Brasil

O ano de 2014 será um ano de campanha eleitoral para a Presidência da República. Seja qual for o candidato vencedor, há um grande número de desafios que deverão ser enfrentados pelo setor elétrico brasileiro que podem ser agrupados em duas grandes frentes: segurança de oferta e modicidade tarifária.

Olhando para o primeiro desafio da segurança de oferta, à primeira vista o setor elétrico parece estar bem: há equilíbrio estrutural entre oferta e demanda, o custo de novos empreendimentos de geração vem caindo e novos participantes têm ingressado no setor. Um olhar mais cuidadoso, no entanto, revela que há oportunidades de aprimoramento.

Entre as inúmeras medidas que podem contribuir para um fornecimento de eletricidade mais seguro e uma expansão da oferta mais ordenada, destacam-se: 1) realizar os Leilões de Energia Nova no início do ano para proporcionar mais tempo para a execução das obras; 2) licitar instalações de transmissão após a obtenção de Licença Prévia para reduzir riscos de atraso dos cronogramas; 3) aprimorar o planejamento integrado de longo prazo, examinando a expansão da geração e da transmissão de forma conjunta; 4) aprimorar a gestão do processo de licenciamento, monitorando se os órgãos intervenientes (órgãos estaduais do meio ambiente, ICMBio, Secretaria de Vigilância em Saúde, Funai, Fundação Palmares e Iphan) cumprirão os prazos estabelecidos na Portaria Interministerial 419/2011; 5) avançar no processo de Consulta Pública dos povos indígenas impactados pelos empreendimentos, processo previsto na Constituição Federal, mas ainda sem regulamentação.


Em relação ao segundo desafio, a modicidade tarifária é sempre uma prioridade porque a sociedade deseja que o setor elétrico seja gerido de forma eficiente para que o custo da energia não seja maior do que o absolutamente necessário para assegurar o fornecimento de energia segura e com qualidade. No entanto, o grande risco que paira sobre o setor nesta questão se refere à proeminência política que tem sido dada ao tema: em 2012 a Presidente da República anunciou em cadeia nacional de televisão que iria pro-



mover uma "forte redução das tarifas de energia" por meio de um pacote de medidas contidas na Medida Provisória (MP) 579.

Isolado o cenário político de curto prazo, a trajetória de longo prazo da modicidade de energia elétrica já é uma realidade. A evolução da tarifa residencial de energia elétrica nas últimas décadas tem sido compatível com os preços dos demais bens e serviços da economia e, nos últimos sete anos, tem sido muito inferior à inflação geral de preços. Isso significa que o custo relativo da energia elétrica vem caindo, aliviando o orçamento das famílias e contribuindo para o arrefecimento da inflação. Tal constatação é um alento

para o consumidor, mas para assegurar a modicidade tarifária no longo prazo é necessário endereçar as reais causas do encarecimento da tarifa, entre as quais: reduzir a carga de tributos e encargos sobre a conta de luz, com prioridade para as alíquotas do PIS/COFINS (federal) e ICMS (estadual) e coibir o uso de encargos setoriais para financiar políticas públicas.

Há inúmeras outras recomendações que contribuiriam para um aumento da eficiência do setor elétrico em prol do consumidor de energia e do crescimento econômico, mas atacar a lista acima já será um belo começo para o próximo presidente da República. 

O ano de 2014 será um ano de campanha eleitoral para a Presidência da República. Seja qual for o candidato vencedor, há um grande número de desafios que deverão ser enfrentados pelo setor elétrico brasileiro que podem ser agrupados em duas grandes frentes: segurança de oferta e modicidade tarifária.

Olhando para o primeiro desafio da segurança de oferta, à primeira vista o setor elétrico parece estar bem: há equilíbrio estrutural entre oferta e demanda, o custo de novos empreendimentos de geração vem caindo e novos participantes têm ingressado no setor. Um olhar mais cuidadoso, no entanto, revela que há oportunidades de aprimoramento.

Entre as inúmeras medidas que podem contribuir para um fornecimento de eletricidade mais seguro e uma expansão da oferta mais ordenada, destacam-se: 1) realizar os Leilões de Energia Nova no início do ano para proporcionar mais tempo para a execução das obras; 2) licitar instalações de transmissão após a obtenção de Licença Prévia para reduzir riscos de atraso dos cronogramas; 3) aprimorar o planejamento integrado de longo prazo, examinando a expansão da geração e da transmissão de forma conjunta; 4) aprimorar a gestão do processo de licenciamento, monitorando se os órgãos intervenientes (órgãos estaduais do meio ambiente, ICMBio, Secretaria de Vigilância em Saúde, Funai, Fundação Palmares e Iphan) cumprirão os prazos estabelecidos na Portaria Interministerial 419/2011; 5) avançar no processo de Consulta Pública dos povos indígenas impactados pelos empreendimentos, processo previsto na Constituição Federal, mas ainda sem regulamentação.

Em relação ao segundo desafio, a modicidade tarifária é sempre uma prioridade porque a sociedade deseja que o setor elétrico seja gerido de forma eficiente para que o custo da energia não seja maior do que o absolutamente necessário para assegurar um fornecimento de energia seguro e com qualidade. No entanto, o grande risco que paira sobre o setor nesta questão se refere à proeminência política que tem sido dada ao tema: em 2012 a Presidente da República anunciou em cadeia nacional de televisão que iria promover uma “forte redução das tarifas de energia” por meio de um pacote de medidas contidas na Medida Provisória (MP) 579.

Isolado o cenário político de curto prazo, a trajetória de longo prazo da modicidade de energia elétrica já é uma realidade. A evolução da tarifa residencial de energia elétrica nas últimas décadas tem sido compatível com os preços dos demais bens e serviços da economia e, nos últimos sete anos, tem sido muito inferior à inflação geral de preços. Isso significa que o custo relativo da energia elétrica vem caindo, aliviando o orçamento das famílias e contribuindo para o arrefecimento da inflação. Tal constatação é um alento para o consumidor, mas para assegurar a modicidade tarifária no longo prazo é necessário endereçar as reais causas do encarecimento da tarifa, entre as quais: reduzir a carga de tributos e encargos sobre a conta de luz, com prioridade para as alíquotas do PIS/COFINS (federal) e ICMS (estadual) e coibir o uso de encargos setoriais para financiar políticas públicas.

Há inúmeras outras recomendações que contribuiriam para um aumento da eficiência do setor elétrico em prol do consumidor de energia e do crescimento econômico, mas atacar a lista acima já será um belo começo para o próximo presidente da República.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)